

O plebiscito da discórdia

Consulta sobre a dívida externa esquenta campanhas e divide Igreja Católica

RIO, SÃO PAULO e BRASÍLIA.

O plebiscito da dívida externa, que vem provocando troca de farpas entre o Governo federal e a oposição, esquentou o debate eleitoral e já divide a Igreja Católica. Organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a consulta popular não é vista com bons olhos pelo cardeal-arcebispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, que orientou as paróquias subordinadas a ele a não apoiarem a iniciativa. Segundo o assessor de imprensa de dom Eugênio, Adionel Carlos, a opinião unânime no comando da Arquidiocese é a de que o plebiscito tem conotações políticas. Por isso, as paróquias não devem ser usadas como local de votação. Apesar da recomendação, integrantes de pastorais de paróquias como a de Bom Jesus da Penha, no Rio, montaram ontem, na porta da igreja, bancas para a coleta de votos dos fiéis.

— A Arquidiocese não apóia o plebiscito e, como não apóia, não deve haver coleta de votos nas paróquias. Trata-se de atividade política que não compete à Igreja — disse Adionel, acrescentando que essa posição foi decidida semana passada, em reunião da qual participaram dom Eugênio, seus bispos auxiliares e os vigários episcopais, as principais autoridades da Arquidiocese.

A CNBB decidiu não fazer censura pública ou adotar qualquer atitude de repressão à decisão da Arquidiocese do Rio. A entidade enviou em 30 de junho circular a todos os cristãos, pastores e líderes da Igreja recomendando o apoio maciço ao escrutínio. Na cédula de votação, a CNBB e as demais entidades que apóiam a iniciativa, como sindicatos e agremiações estudantis, perguntam se o Governo federal deve manter o acordo com o FMI e se deve haver uma auditoria da dívida. A votação começou no último sábado e vai até amanhã.

— O apoio ao plebiscito é uma questão de foro íntimo e de consciência de cada um. Embora o evento faça parte da linha de trabalho coletivo da Igreja, a posição da CNBB é de não interferir nas decisões individuais ou na posição ideológica dos seus membros — disse a irmã Maria de Lourdes Goronci, membro da comissão nacional organizadora do plebiscito.

Conde não agüenta mais discussão

• O debate sobre a dívida também chegou à campanha eleitoral e levou candidatos à irritação. O prefeito Luiz Paulo Conde (PFL), que tenta a reeleição, disse que não agüenta mais discutir o assunto e criticou a iniciativa.

— De irresponsabilidades o país já está de saco cheio. E eu, aos 66 anos, mais de saco cheio ainda de propostas irresponsáveis que não levam ninguém a lugar nenhum. São só frases bombásticas, como: "Vamos fazer um plebiscito sobre a dívida". Essa demagogia não adianta nada — afirmou Conde.

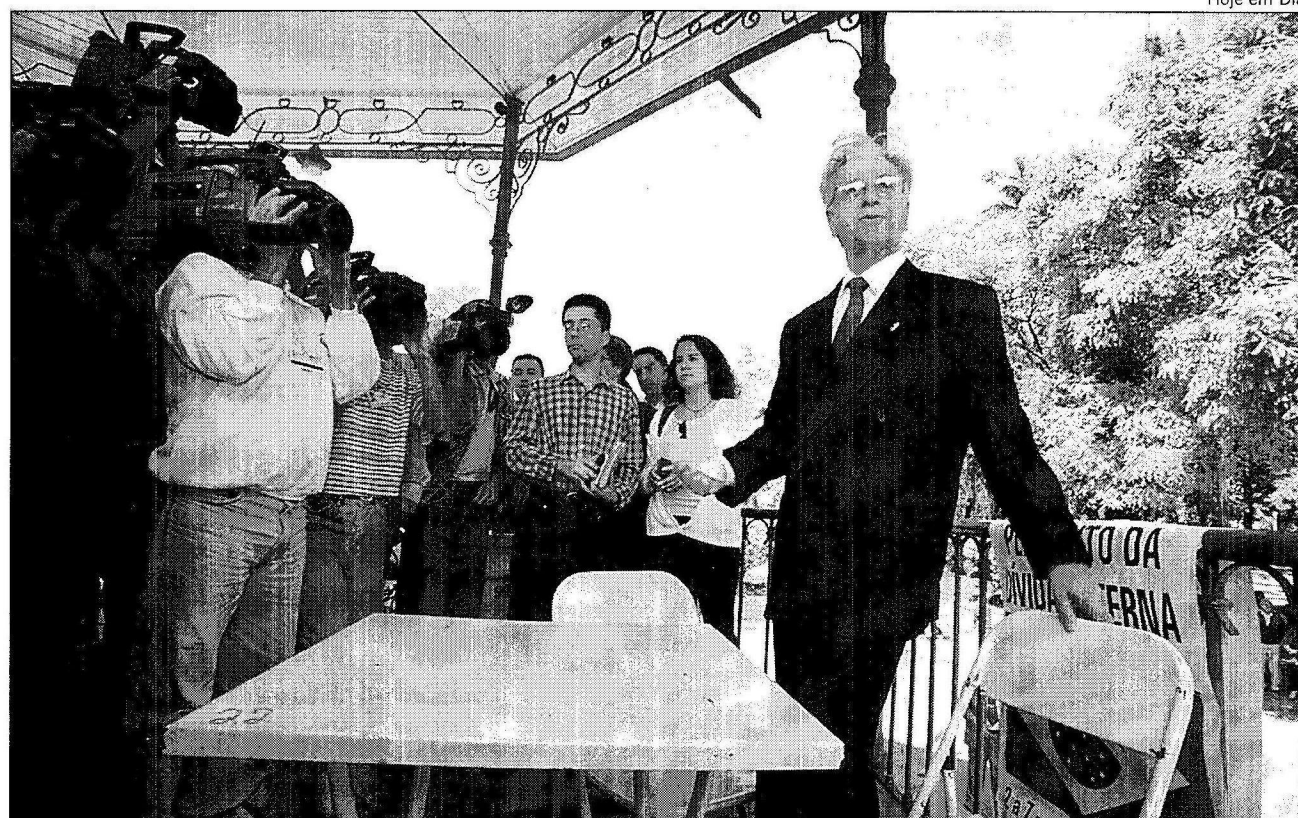
Os políticos e os candidatos que se opõem ao Governo federal aproveitaram o tema do plebiscito para marcar ainda mais suas posições e atacar o presidente Fernando Henrique Cardoso. Candidato do PDT à Prefeitura do Rio, Leonel Brizola fez questão de votar no plebiscito, no último fim de semana, e aproveitou a ocasião para discutir os temas nacionais, sua principal estratégia de campanha:

— Votei de uma maneira extremamente consciente. Devemos pagar a dívida, mas com 50 anos de prazo e juros históricos. O povo brasileiro nunca foi ouvido sobre a dívida externa. Se houvesse um plebiscito oficial, 90% da população seria contra a atual forma de pagamento — afirmou Brizola.

Em Minas, o governador Itamar Franco também não perdeu a oportunidade de votar e de mais uma vez criticar o Governo federal. Acompanhado de secretários e assessores, o governador foi ontem ao coreto



UM FIEL VOTA na banca armada em frente à entrada principal da Igreja de Bom Jesus da Penha (Zona da Leopoldina)



ITAMAR CHEGA AO local de votação: governador de Minas defendeu uma auditoria da dívida e voltou a criticar o presidente

da Praça da Liberdade, em frente à sede do Governo, participar da consulta popular. O governador respondeu "não" às três perguntas contidas na cédula: se o Governo deve manter o acordo com o FMI; se deve continuar pagando a dívida sem realizar uma auditoria pública, como previa a Constituição de 1988; e se os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando parte do orçamento público para o pagamento da dívida.

— Concordo com o plebiscito e acho que deve ser realizada uma auditoria da dívida — afirmou.

Itamar ironizou a posição assumida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da Fazenda Pedro Malan, contrários à consulta da CNBB. Ele afirmou que muitos dos atuais governantes, que em alguns casos já estavam no Governo durante seu mandato presi-

dencial, tiveram oportunidade de conhecer de perto a cultura americana, que já realizou mais de dois mil plebiscitos ou referendo ao longo de sua história.

— Ele se aculturaram nos Estados Unidos, mas agora são contra as lições de democracia — disse.

A candidata do PT à Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, foi mais cautelosa. Ela defendeu o plebiscito, mas disse ser contra o calote. Marta afirmou que o plebiscito é um instrumento fundamental para a sociedade discutir o problema. A petista, em primeiro lugar nas pesquisas eleitorais, votou sábado, quando fazia campanha no bairro da Saúde, na Zona Sul da cidade.

— Sou a favor do plebiscito porque é importante a sociedade brasileira discutir a dívida. A minha postura não é a de não pagar, mas de discutí-la para que a sociedade sai-

ba e tenha consciência do que se trata. O plebiscito proporciona essa discussão — afirmou Marta.

O deputado José Genoíno, que ontem fez ontem corpo-a-corpo no Centro do Rio com a candidata do PT à Prefeitura, Benedita da Silva, também preocupou-se em dizer que seu partido não é favorável ao calote, mas ao debate sobre o assunto.

— É direito do povo debater. Não significa que vamos adotar a moratória. Temos que renegociá-la e mudar o padrão do tratamento da dívida — afirmou.

A discussão sobre a dívida atraiu tradicionais adversários do Governo, como CUT, MST e sindicatos. Com o tempo, foi angariando mais adeptos como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e entidade de profissionais liberais. ■

Entenda como surgiu a consulta

• Em 1994, o Papa João Paulo II lançou a carta apostólica "Tertio Millennio Adveniente", na qual estabeleceu a base do Jubileu do ano 2000. Nela, lançou a bandeira do perdão da dívida externa. De 94 até hoje, a idéia evoluiu, entre os seus defensores, para uma condenação do ônus que a dívida e os juros representam para as nações pobres do mundo. A carta de João Paulo II foi a semente para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) desencadear no país, há três anos, um amplo debate sobre o tema. Dessa discussão, surgiu, em fevereiro passado, a idéia do plebiscito.

Segundo um dirigente da Igreja, é dever de todos os padres acatar a orientação, mas a divergência não provoca punição, porque envolve questão de consciência pessoal.

O capítulo 51 da carta do Papa, usado como justificativa para o plebiscito, faz um apelo direto aos cristãos.

Pede que eles se tornem a voz "de todos os pobres do mundo, propondo o jubileu como um tempo oportuno para pensar numa consistente redução, senão mesmo no perdão total da dívida internacional, que pesa sobre o destino de muitas nações".

No documento "Ecclesia in America", editado três anos depois, o Papa voltou a insistir: "A existência de uma dívida externa que sufoca não poucos povos do continente americano constitui um problema complexo. Mesmo sem abordar seus numerosos aspectos, a Igreja, na sua solicitude pastoral, não pode ignorar este problema, pois este se refere à vida de tantas pessoas".

Ainda sobre o tema, João Paulo II afirmaria ano passado na mensagem número 22: "Só o pagamento dos juros constitui para a economia das nações pobres um peso que priva as autoridades da disponibilidade de dinheiro para o desenvolvimento social, a saúde e a instituição de um fundo gerador de emprego".

Gustavo Stephan

Hoje em Dia